

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.220 - BA (2019/0296053-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : **A S A (INTERNADO)**
AGRAVANTE : **M S G**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDA MAIS BRANDA. RAZÕES GENÉRICAS E INSUFICIENTES. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **A S A** e **M S G** (menores) contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça da Bahia, que inadmitiu o recurso especial por eles apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra o acórdão prolatado na Apelação Criminal n. 0303028-71.2015.8.05.0256, assim ementado (fl. 168):

APELAÇÃO CRIMINAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO MAJORADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. CRIME PRATICADO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE EVIDENCIA A PERICULOSIDADE DOS SENTENCIADOS. MEDIDA DE INTERNAÇÃO QUE SE REVELA A MAIS ADEQUADA E NECESSÁRIA PARA A REPROVAÇÃO DO ATO INFRACIONAL E REEDUCAÇÃO DOS MENORES INFRATORES. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Nas razões do recurso especial (fls. 179/186), a defesa aponta violação dos arts. 65, III, *d*, do Código Penal, e 101, III e IV, e 112, III, da Lei n. 8.069/1990. Requer seja aplicada a atenuante da confissão, alegando que *a presença do termo "sempre" é o fundamento para se afirmar que o Juiz não pode deixar de aplicar a circunstância* (fl. 183). Alega, outrossim, que *a medida socioeducativa mais eficaz e adequada ao caso é a do art. 112, inciso III, Prestação de Serviços à Comunidade, devidamente acompanhada e fiscalizada pelas autoridades, conjugada com as medidas de proteção estabelecidas no art. 101, III e IV, matrícula obrigatória no ensino fundamental e*

inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente, respectivamente, todas do Estatuto da Criança e do Adolescente (fl. 185).

Apresentadas contrarrazões (fls. 192/199), o recurso especial não foi admitido, por incidência das Súmulas 83 e 211/STJ (fls. 202/203). Contra essa decisão, foi interposto o presente agravo (fls. 207/214), com contraminuta ofertada às fls. 219/226.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 241/244).

É o relatório.

Embora o agravo preencha os requisitos de admissibilidade, o recurso especial não comporta conhecimento.

De início, registro que a análise quanto ao pleito de reconhecimento da confissão se encontra fulminada pela ausência de prequestionamento, uma vez que, como bem afirmado na decisão agravada, *não foi objeto de pronunciamento por parte do acórdão recorrido* (fl. 203).

Com efeito, o tema foi levantado apenas por ocasião das razões do especial, constituindo, inclusive, inovação recursal.

A propósito:

[...] 1. **É inadmissível o recurso especial** se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e **se o Tribunal a quo não emitiu juízo de valor sobre a tese defendida no especial. Incidência da Súmula n. 282/STF.** [...]

(AgRg no AREsp n. 452.306/RJ, Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe 16/10/2015 – grifo nosso)

E, ainda, anoto quanto ao ponto que o acórdão está em harmonia com a orientação jurisprudencial desta Corte, segundo a qual *a aplicação da circunstância atenuante de confissão, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, é impossível em sede de procedimento relativo a ato infracional submetido ao Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que a medida socioeducativa não tem natureza de pena* (HC n. 354.973/SC, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 22/8/2016).

No mais, observo que a manutenção da medida de internação foi justificada no acórdão recorrido nos seguintes termos (fls. 171/172 – grifo nosso):

[...]

Em sede de recurso de apelação, a defesa dos sentenciados pugnou pela reforma da sentença, a fim de que seja aplicada medida socioeducativa mais branda que a medida de internação.

No entanto, compulsando os autos, **verifica-se que o MM. Juiz sentenciante, de forma acertada, fulcrou a sua decisão nos arts. 121 a 123 do Estatuto da Criança e do Adolescente, diante das provas e documentos que foram colacionados aos autos.**

De fato, os representados praticaram ato infracional de elevada gravidade, fazendo uso de grave ameaça, exercida através do emprego de arma branca (faca), cuja potencialidade lesiva foi demonstrada pelo laudo pericial de fl. 71. Ademais, o uso da arma provocou especial temor na vítima, sendo essencial para o desfecho do ato infracional, restando evidenciado que todos desempenharam participação efetiva na ação, e não meramente acessória.

Por sua vez, as certidões de fls. 79/80 demonstram que os representados são habituais na prática de atos infracionais, que incluem outros atos análogos aos crimes de roubo majorado pelo emprego de arma e concurso de pessoas, e tráfico de drogas.

Assim é que, a forma como foi efetuada a ação, bem como, as certidões anexadas aos autos, demonstram a acentuada periculosidade dos envolvidos, exigindo a imposição de uma medida mais rígida para o acautelamento do meio social, bem como, que se revele como a mais adequada para a reforma dos próprios representados, que serão reavaliados, nos termos da sentença, a cada seis meses.

[...]

Impugnando referidos termos, a defesa se limita a afirmar em suas razões que *a medida socioeducativa mais eficaz e adequada ao caso é a do art. 112, inciso III, Prestação de Serviços à Comunidade, devidamente acompanhada e fiscalizada pelas autoridades, conjugada com as medidas de proteção estabelecidas no art. 101, III e IV, matrícula obrigatória no ensino fundamental e inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente, respectivamente, todas do Estatuto da Criança e do Adolescente* (fl. 185).

Não indica em seu arrazoado, entretanto, qualquer argumento que justifique a alteração pretendida, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia quanto ao ponto. E assim agindo, atrai a incidência da Súmula 284/STJ.

Nesse sentido:

[...]

1. Aplicável o enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal quando o recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal, não indica precisamente as razões jurídicas pelas quais considerou violada a norma.

[...]

(AgRg no AREsp n. 798.531/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 14/3/2018).

[...]

1. A ausência de demonstração pelo agravante das razões de vulneração aos dispositivos legais indicados como violados, impedem o conhecimento do recurso pela aplicação analógica do óbice previsto na Súmula n. 284/STF.

[...]

(AgRg no AREsp n. 1.053.034/DF, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 27/10/2017)

E, mesmo que fosse possível afastar tal óbice, anoto que a desconstituição da conclusão alcançada pelas instâncias ordinárias ensejaria o indevido revolvimento do arcabouço fático contido nos autos, medida que se mostra inviável diante da previsão contida na Súmula 7/STJ. Nesse sentido, cito: AgRg no Ag n. 991.990/RS, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 4/5/2009.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, *a*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator